

# Pragmatismo e ensino de filosofia

Hilton Leal da Cruz  
UFBA

---

**RESUMO:** O artigo desenvolve algumas consequências do pragmatismo para o planejamento e exercício da docência no ensino fundamental e médio. O texto oferece um esboço do que seria uma contribuição do pragmatismo para o ensino de filosofia a crianças e jovens. Essa contribuição, seguindo as tendências politizantes do neo-pragmatismo rortyano, se daria sobretudo na interface entre práticas e vocabulários, central à filosofia rortyana. Tais aspectos, “relativistas” da filosofia Rortyana, criticados veementemente pela esquerda, seriam todavia, cruciais para uma concepção pragmática da educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia, Pragmatismo, Educação.

**ABSTRACT:**

The article explores some consequences of pragmatism to carry out teaching in elementary and secondary education, offering an outline of what would be a contribution of pragmatism to teach philosophy to children and young people. This contribution, following the trends politics of the neo-pragmatism of the philosopher Richard Rorty, would take place largely on the relationship between vocabulary and practical results, central to his speech. These aspects, "relativists" of this philosophy, strongly criticized by leftist intellectuals, would nevertheless indispensable to a pragmatic conception of education

**KEYWORDS:** Philosophy, Pragmatism, Education

Desenvolver um discurso coerente acerca do papel da filosofia no que toca a sua relação com a educação não é uma tarefa simples. Devido a posição estratégica da educação em sua dupla função de oferecer tanto possibilidades de auto-criação individual, quanto discursos voltados para a produção do vínculo ético público, essa atividade encontra-se no centro de fervorosos debates. Tais debates recrudescem ainda mais quando a filosofia é convocada à deles participar no sentido de situar suas peculiaridades em relação a ambas as demandas. O problema, poder-se-ia dizer, é que o assim chamado “senso comum”, até onde tem assimilado alguns aspectos do iluminismo, tende a conceber a atividade pedagógica como um campo de ação, no qual, nossas possibilidades de controle sobre os fatores determinantes do sucesso pessoal ou social são melhor



contempladas. Todavia, não existe um consenso na comunidade filosófica acerca do papel da filosofia em relação a essas questões. Não penso que exista uma resposta que possa satisfazer todas as correntes pedagógicas e todos os partidos filosóficos acerca da conexão entre a filosofia e a educação dos jovens no ensino fundamental e médio. No entanto, tampouco creio que um profissional de qualquer das duas áreas deixe de ter algo a dizer acerca dessa conexão. A partir de alguns aspectos do pensamento filosófico de orientação pragmática e neo-pragmática representados neste artigo, respectivamente, pelos autores Wiliam James e Richard Rorty. Tentarei derivar algumas posições destes filósofos em tópicos como epistemologia e política para a polêmica acerca da capacitação de professores para o planejamento da docência no ensino médio.

É mais ou menos consenso que a produção e o labor filosófico no âmbito acadêmico não prescindem da recorrência aos textos canônicos produzidos no decorrer da história da filosofia. É também mais ou menos consenso que uma certa técnica é necessária para a leitura destes textos. Todavia, a convergência de opiniões cessa nesses dois aspectos. Qual a forma de utilização das obras canônicas, quais as obras mais relevantes bem como qual o tipo de técnica de leitura destes textos são questões que encontram diversas respostas, uma para cada corrente de estudo em filosofia. Para Rorty a ampla variedade de discursos no interior da comunidade acadêmica deriva de uma desejada liberdade da academia em relação aos temas que pautam os meios e fins considerados mais relevantes pela nossa sociedade. É bom e proveitoso que vários discursos diferentes encontrem espaço no âmbito acadêmico, que eles possibilitem novas abordagens de velhos problemas ou até mesmo a indicação de tópicos que não são considerados problemáticos pela maioria da sociedade até o momento. Tal ensino, segundo Rorty, seria baseado na liberdade para desenvolver discursos, produzir vocabulários independentes e individuais em relação às formas de falar consolidadas. Em contrapartida, Antes de nos iniciarmos na vida acadêmica cada um de nós passou por um processo bem menos livre e emancipatório, onde as agendas dos professores não eram tão diversificadas. Nas séries iniciais a educação teria, segundo a visão rortyana, como meta o processo de socialização, de aculturação, no qual os educandos devem se tornar capazes de verem a si mesmos como “*cidadãos de uma democracia*”<sup>1</sup>. Assimilar noções históricas, incorporar valores que os mais velhos considerariam cruciais, assimilar as primeiras noções de procedimentos técnicos, seria o que Rorty considera a meta principal do ensino colegial. “*A palavra educação – afirma Rorty – recobre dois processos distintos e*

---

<sup>1</sup> RORTY, R., *Philosophy and Social Hope*, p. 118.

*igualmente necessários: socialização e individuação.*”<sup>2</sup> A posição rortyana poderia parecer um tanto chocante para aqueles que defendem perspectivas mais emancipatórias acerca da educação. Contudo, como ele mesmo responde a quem se posiciona dessa maneira: “*Mesmo os mais ardentes radicais, com todo seu discurso sobre ensinar para a liberdade, secretamente esperam que se ensine as crianças a esperar sua vez na fila, a obedecer ao policial da esquina, a soletrar, pontuar, dividir e multiplicar.*”<sup>3</sup> Contudo, se aceitarmos a sugestão Rortyana, que de resto é bem semelhante aquela de Dewey, caberia então formular a pergunta: como poderia a filosofia colaborar em semelhante processo de socialização? E qual o lugar do ensino para a emancipação na filosofia rortyana?

Uma das maneiras apontadas por Rorty de começar a dar uma resposta a essas questões, é esquivando-nos à forma clássica e metafísica de considerar a problemática que a envolve dizendo que assimilamos demasiadamente a cultura de esquerda que identifica o exercício filosófico com o ceticismo socrático. Projetado na educação fundamental o anseio por uma educação emancipatória, como única educação essencialmente filosófica, criaria distorções no próprio processo de aprendizagem. Essa forma de conceber o exercício filosófico, segundo Rorty seria mais adequada ao ensino superior, uma vez que este é que incorporaria a demanda por individuação ou auto-criação, a partir da crítica às concepções assumidas pelo conjunto da sociedade. Ao situar em dois campos diferentes, a educação básica e o ensino superior, Rorty não se baseia em um pressuposto neutro. Assumindo abertamente sua preferência pela democracia de inclinação liberal, suas formulações visam articular um discurso que viabilize as expectativas de uma sociedade desse tipo. É partindo dessa proposta que Rorty rejeitará as pretensões de fundamentar a crítica social em algum tipo de teoria abrangente. Como em muitos outros assuntos Rorty parte da sua convicção de que nós não precisamos de um vocabulário que justifique os valores norteantes de uma sociedade democrática. Essa posição desaguaria na defesa de uma horizontalização da filosofia com as demais práticas sociais.

Todavia, embora na leitura rortyana a filosofia não possua uma ascendência sobre as demais formas de lidar com o mundo no que tange ao arranjo político no âmbito acadêmico, pelo menos, ela poderia “*tornar possíveis novas formas de liberdade humana*”<sup>4</sup>, através da substituição das metáforas visuais que tem caracterizado a especulação filosófica, pela atividade redescritiva Rorty pretendida

---

<sup>2</sup> *Idem*, p. 117.

<sup>3</sup> *Idem*.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 126.

“explicar o progresso social e científico e a progressão da cultura ocidental em direção a instituições e práticas mais liberais e compreensivas. Assim, ele não tem nenhum interesse em suplantar uma abordagem teórica pela força maior de outra, ou, de fato, de proferir aquilo que os filósofos puristas encarariam como argumentos apropriados honrando máximas lógicas e aceitas”<sup>5</sup>

Esse tipo de explicação substituiria a idéia de descoberta pela idéia de criação como meta do conhecimento humano. A produção de novos vocabulários, de novas descrições, viabilizaria a abertura de novos horizontes para as práticas humanas, uma vez que, compreendamos a linguagem como um conjunto de ferramentas a serviço de práticas sociais. Segundo o neo-pragmatismo rortiano todas as atividades humanas inclusive a filosofia, convergem em um esforço comum para tornar a vida melhor, e nesse caso não caberia aos filósofos a pretensão de “fundamentar” ou de “legitimar” ou não a democracia. Nivelada com as outras áreas da cultura a filosofia poderia, em contrapartida, sugerir a utilização de certos vocabulários ou crenças no sentido de facilitar a realização de certas metas que a própria sociedade democraticamente organizada poderia ou não considerar desejáveis. Em ultima instância caberia aos participantes dos processos de interação social, inclusive dos pedagógicos, decidir quais propósitos são dignos de serem perseguidos.

De forma prática, eu creio que poderíamos situar entre os propósitos representativos da pauta contemporânea para a educação no ensino fundamental e médio, do ponto de vista ético, questões como tolerância religiosa, erradicação do preconceito, eliminação da homofobia e todas as assim chamadas temáticas transversais que perpassam a questão dos Direitos Humanos. Uma vez que os valores iluministas assimilados a nossa sociedade estabelecem um razoável consenso acerca da desejabilidade de uma educação voltada para a produção de uma cultura que incorpore tais valores, cumpriria aos profissionais de filosofia, alinhados com a cultura liberal, colaborar nesse sentido com as habilidades adquiridas durante a sua formação. Estas habilidades permitiriam a capacitação de professores, não só de filosofia, para a elaboração de estratégias argumentativas exitosas no sentido de realizar descrições destes valores em termos passíveis de serem assimilados às crenças características de cada contexto. Para Rorty, o filósofo liberal e ironista<sup>6</sup> não acredita que ao defender um ponto de vista faz isso amparado por um suporte “transcendental” ou “metafísico” que conferiria legitimidade às suas afirmações. Ele apelaria

---

<sup>5</sup> CALDER, G., *Rorty*, p.9.

<sup>6</sup> Por liberal Rorty entende aquele que está comprometido com os projetos de erradicação da crueldade do âmbito social e por Ironista o filósofo que se utiliza de certos vocabulários sem acreditar na universalidade dos mesmos.



antes para procedimentos de persuasão e redescrição que levariam seus interlocutores a considerar vantajosas as linhas de ação que ele oferece. Para esses filósofos a verdade é uma característica das frases e não do mundo, e estas por sua vez tornam-se verídicas por sua capacidade de viabilizar certos propósitos práticos. Essa concepção, todavia, é vista como suspeita por muitos teóricos. Para Habermas, por exemplo, o mero consenso não é suficiente para estabelecer uma pauta legítima de prioridades. Para o filósofo alemão, cujos trabalhos incluem extensas réplicas as posições de Rorty, deveríamos questionar a sugestão rortyana da seguinte maneira:

“Como poderíamos convencer as pessoas a implementar essas máximas, nas praticas gerais, se só pudéssemos apelar para a felicidade de cada um, em vez de encontrar um ponto de vista moral, a coisa certa a fazer? O ponto de vista moral exige que nós façamos uma outra idealização: aquela de imaginar você e eu como membros de uma comunidade inclusiva, e de buscar o papel de um juiz, falível mais imparcial, do que seria igualmente bom para todos.”<sup>7</sup>

Na réplica à crítica habermasiana Rorty afirmará que podemos convencer as pessoas a aceitar um compromisso ético para com outras pessoas através da “ampliação do senso do que conta como um de nós”<sup>8</sup>. Assim como no núcleo familiar a alteridade não representa uma limitação da identidade pessoal, Rorty sugere que poderíamos ampliar o vínculo ético redescrivendo as diferenças em termos de semelhanças atraentes o bastante para produzir o compromisso moral.<sup>9</sup> Através de romances, filmes, narrativas e novelas poderíamos promover a identificação entre diferentes grupos, eliminando assim a indiferença e hostilidade em relação àquelas pessoas que se encontram em relativa desvantagem no arranjo social. A diferença entre Rorty e Habermas, todavia, é muito mais de método que de objetivo. Politicamente, como o próprio Rorty observou, ambos convergem no que diz respeito ao tipo de práticas que os intelectuais e professores deveriam estimular. Suas divergências seriam “meramente filosóficas”, mas radicadas em determinados pressupostos que poderiam ser cruciais para o sucesso de seus objetivos comuns.

A postura darwinista do neo-pragmatismo concebe que nossos valores, assim como nossas linguagens, desenvolvem-se em relação de resistência com o mundo, mas também que não existe uma lógica imanente a esse processo. A contínua busca por experimentar mais prazer e

---

<sup>7</sup> HABERMAS, J., *A volta ao estoicismo in Filosofia, Racionalidade e Democracia*, p. 82

<sup>8</sup> RORTY, R., *Ironia Contingência e Solidariedade*, p. 16

<sup>9</sup> Cf. RORTY, R., *A Justiça como Lealdade Ampliada*.

menos dor seria então o único motor desse desenvolvimento.<sup>10</sup> Considerando a singularidade de cada um desses processos de desenvolvimento, quer dos indivíduos quer das culturas, deveríamos reconhecer que não possuímos um ponto neutro em relação aos vários vocabulários disponíveis. Portanto, os únicos argumentos que poderiam justificar os nossos valores (o que Rorty chama de vocabulários finais)<sup>11</sup> seriam circulares, pois toda argumentação seria auto-referente, situada no interior do mesmo vocabulário daqueles valores que pretendem fundamentar.<sup>12</sup> Um argumento seria apenas um elemento indicador de possíveis resultados, considerados a partir dos vocabulários que usamos e talvez não tão relevantes para usuários de outros vocabulários. Admitida essa tese de Rorty, deveríamos então limitarmo-nos a explicar os nossos anseios liberais pela diminuição do sofrimento humano, pela erradicação do preconceito e da violência contra a mulher citando um o outro traço de nossa cultura, por exemplo, as conquistas da civilização ocidental como o fim da escravidão, a desejabilidade de mais liberdade, de espaços públicos inclusivos e etc. Aqui a filosofia abriria mão de sua pretensão à guardiã da verdade, passando ao papel de colaboradora para a sua construção, entendendo aqui a verdade apenas como o resultado prático de nossos usos da linguagem. Transpondo essas observações para o âmbito da formação de professores poder-se-ia afirmar que no interior deste quadro referencial esta voltar-se-ia sobretudo para a capacitação para o diálogo, bem como, para a sensibilização em relação a outras formas de falar (e agir).

Subjaz a essas observações uma postura não fundamentalista em relação aos valores que norteiam a organização política de uma sociedade como a nossa, orientada por princípios advindos do liberalismo iluminista. Se concordarmos com Rorty e William James, dois diferentes pensadores situados em dois diferentes momentos do pragmatismo<sup>13</sup>, que nossos vocabulários ou nossas crenças articulam-se no sentido de resolver problemas práticos, concordaremos que o ensino de filosofia deve relacionar-se com as problemáticas de nossa vida e de nosso tempo.

---

<sup>10</sup> O darwinismo rortiano não se coloca como um candidato ao título de discurso que melhor se adéqua a natureza das coisas. São os resultado desse discurso que Rorty aponta como motivos razoáveis para sua utilização, assumindo, todavia a contingência dessa relação entre o darwinismo e a produção de uma sociedade pós-metafísica, liberal e democrática. - Ver RORTY, R., *Ironia, contingência e solidariedade*.

<sup>11</sup> “Trata-se das palavras com que formulamos elogios aos nossos amigos e desprezo por nossos inimigos, bem como nossos projetos de longo prazo, nossas dúvidas mais profundas sobre nós mesmos e nossas mais altas esperanças” RORTY, R., *Ironia Contingência e Solidariedade*, p. 133

<sup>12</sup> RORTY, R., *Ironia Contingência e Solidariedade*, p. 134.

<sup>13</sup> Nos limites deste texto não acentuarei as sutis porém cruciais diferenças entre o pragmatismo clássico de James e o neo-pragmatismo de Rorty. Para os propósitos deste artigo a utilização dos termos “crença” e “vocabulário” equivalem-se, embora tenham conotações e consequências diversas em muitos âmbitos os dois prestam-se a mesma função no escopo deste trabalho.

Todavia, para o pragmatista essa relação não se daria a partir da recorrência ao mundo da vida, aos problemas cotidianos, para a coleta de meras amostragens extraídas do “caos” para servirem de ponte para a abstração, meros exemplares no ensino de conceitos. Não dever-se-ia dar relevo a certos problemas da filosofia clássica que não são relevantes para os não filósofos, tópicos que não são passíveis de serem considerados o que Wiliam James chamava de Hipóteses vivas.<sup>14</sup> O ensino de filosofia torna-se, segundo a perspectiva aqui desenvolvida, pouco útil quando pretende oferecer a professores que lidam diretamente com indivíduos em situação de risco social, como estão em sua maioria os jovens brasileiros, um ensino voltado para o domínio de determinados conceitos relevantes apenas para o técnico em filosofia. Ao contrário, penso que a filosofia poderia pelo menos no ensino fundamental e médio, por exemplo, viabilizar a assimilação de vocabulários ou crenças passíveis de servirem como ferramentas para atingir certos propósitos sociais. Descrevendo alguns resultados advindos da utilização de certos vocabulários e indicando possíveis benefícios desejáveis de outros.

As verdades, ou vocabulários, norteiam as ações dos indivíduos, sugerem metas e meios de atingir estas metas e concorrem em pé de igualdade como instrumentos alternativos para a realização de metas também alternativas. A impossibilidade de assimilação de novas idéias ou novos vocabulários pode condenar os sucessos individuais e sociais na sua interface com o mundo circundante. A insensibilidade para as consequências práticas de nosso modo de falar, como disse Rorty, pode impedir-nos de conhecer os resultados de nossas crenças ou vocabulários para outras pessoas, assim como novos vocabulários podem levar-nos a ver possibilidades para nós até então desconhecidas.<sup>15</sup> O sucesso quer do indivíduo quer da sociedade como um todo, segundo essa visão, dependeria da capacidade de realizar mudanças cruciais em nossas crenças, ou, segundo James, o domínio de um estoque excedente de “verdades” que poderiam ser úteis em situações meramente possíveis.<sup>16</sup> Essas mudanças, todavia, não podem ocorrer através do apelo a uma faculdade supra-humana, a razão, que permitiria a mudança de perspectiva a partir do reconhecimento de que a alternativa proposta “corresponde” mais fielmente a realidade. O Pragmatismo esquiva-se a definição da verdade como correspondência à realidade. Para os

---

<sup>14</sup> Uma hipótese viva é a que se mostra uma possibilidade real a quem é proposta. (...) O máximo de vida em uma hipótese significa disposição para agir irretocavelmente. Praticamente, isso significa crença; há porém alguma tendência para acreditar onde houver disposição de agir. JAMES, W., *Pragmatismo e outros ensaios*, p. 232.

<sup>15</sup> “Os vocabulários costumam ser parasitários das esperanças - No sentido de que sua função principal é contar histórias sobre resultados futuros que compensem os sacrifícios do presente.”. RORTY, R., *Ironia Contingência e Solidariedade*, p.154.

<sup>16</sup> A posse da verdade, longe de ser aqui um fim em si, é somente um meio preliminar em direção a outras satisfações vitais. (...) Todavia, visto que quase qualquer objeto pode, algum dia, tornar-se temporariamente importante a vantagem em ter-se um estoque geral de verdades extras, de idéias que serão verdadeiras de situações meramente possíveis é óbvia” JAMES, W., *Pragmatismo*, p. 118.

pragmatistas a verdade nada mais é que um hábito bem sucedido de ação. A verdade, portanto, aconteceria às nossas idéias quando elas produzem os resultados que esperamos.

Ensinar filosofia, ou capacitar professores para a docência em outras disciplinas, segundo essa concepção, não prescindiria de um forte apelo comunicativo no qual nenhum dos participantes possui um modo de falar privilegiado. Sendo assim, a interface entre o vocabulário iluminista-acadêmico do professor e o vocabulário radicado na cultura popular dos alunos, nem sempre alinhada com as demandas da cultura iluminista que norteia nossas instituições, deveria dar-se na horizontalidade plena.

A abordagem pragmática situa no mundo da práxis o princípio e o fim do fazer pedagógico. A teoria teria nesse sentido um caráter meramente instrumental. Esta, todavia, poderia colaborar no sentido de fornecer uma descrição mais aprimorada das nossas instituições, de permitir a assimilação dos itens mais relevantes do liberalismo iluminista as demais atividades humanas, fortalecendo o laço que mantém viva a cooperação social e ao mesmo tempo estimulando os processos de auto-criação em outras esferas da educação. Em um país como o nosso, herdeiro de uma escolarização de inclinação anti-iluminista, a-dialógica e fatalista, creio que a adoção dessa abordagem poderia representar um sopro de saúde nas nossas escolas.

Referências bibliográficas:

RORTY, R., *Ironia, Contingência e Solidariedade*, trad. Vera Ribeiro, São Paulo, Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_, *La Justicia como Lealdad Ampliada in Pragmatismo e Política*, Paidós, Trad. por Rafael del Águila, Barcelona, 1998

\_\_\_\_\_, *Philosophy and Social Hope*, New York, Peguin Books, 1999.

JAMES, W., *Pragmatismo e outros ensaios*, Trad. José Caetano da Silva, Rio de Janeiro, 1967.

HABERMAS, J., *A volta ao Historicismo in Filosofia, Racionalidade e Democracia*, Trad. José Crisóstomo de Souza, Editora UNESP, 2005.

CALDER, G., *Rorty*, trad. Luiz Henrique de Araujo Dutra, Editora UNESP, 2003.